Texto para Discussão

2564

Rio de Janeiro, junho de 2020

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

ESTADO E DESENVOLVIMENTO RURAL

César Nunes de Castro
Especialista em políticas públicas na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Caroline Nascimento Pereira
Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea.

O meio rural brasileiro passou por significativas transformações ao longo do século XX. A economia do meio rural, historicamente sinônimo de atividades agropecuárias, foi profundamente modificada ao longo do século. A partir das décadas de 1950 e 1960, diversas inovações tecnológicas foram incorporadas às práticas agrícolas com o intuito de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho, com a introdução em larga escala de insumos e mecanização por meio de tratores, implementos e colheitadeiras. Em função dessas transformações, a produção e a produtividade agrícola no Brasil sofreram significativos impactos positivos no período. Esse crescimento não se baseou somente no empreendedorismo do produtor. A participação do Estado foi imprescindível, com investimentos em pesquisa e concessão de crédito.

Havia a expectativa de que os investimentos realizados no campo promoveriam o desenvolvimento econômico do meio rural. Nas áreas rurais mais vulneráveis, porém, não obstante o crescimento da produção e a geração de renda em alguns polos e regiões de agricultura pujante, esses benefícios ficaram concentrados na mão de uma porcentagem reduzida da população.

Aos poucos, surgiu a dúvida se o modelo implementado possuía a capacidade de abarcar todos os problemas do campo, como a mão de obra excedente, entre outras questões prementes do mundo rural brasileiro, como pobreza e menor qualidade de vida. Por muitos anos, a discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil foi deixada à margem dos grandes debates nacionais. A Revolução Verde, nos anos 1960-1970, e a intensificação do uso de tecnologias suscitaram um incipiente e localizado debate sobre o desenvolvimento regional e rural.

Tanto no meio acadêmico quanto na esfera política e da administração pública, existem muitas divergências no tocante à forma como o Estado deve atuar em relação à questão do desenvolvimento rural. Alguns advogam pela gradativa retirada do Estado da questão agrícola/agrária/rural, com a responsabilidade de desenvolvimento do setor delegada para agentes privados. Outros falam em políticas estatais ativas, promotoras de um novo ambiente e uma nova institucionalidade no meio rural, permeadas pelo ideal de emancipação da população do campo dos intermediários que regulam essa relação.

No meio desse debate, o meio político reflete essas divergentes visões, e o resultado tem sido, em anos recentes, uma forte instabilidade no tocante ao papel do Estado e ao desenvolvimento rural e, consequentemente, nas políticas públicas relacionadas – instabilidade essa que tem sido agravada pela crise fiscal do Estado.

O desenvolvimento agrícola brasileiro é exemplo do sucesso da atuação estatal na promoção do desenvolvimento, ainda que, atualmente, agentes privados sejam os responsáveis pelo sucessivo crescimento do setor. Como o Estado ainda investe no fomento da atividade e, durante décadas, erigiu um aparato institucional e investiu para que fossem criadas condições de expansão, cabe perguntar: será que a agricultura nacional seria tão produtiva sem a intervenção do Estado durante tão longo período? O desenvolvimento rural mais abrangente pode resultar de um processo parecido?

O objetivo deste texto é debater aspectos relacionados ao papel do Estado nacional como indutor do desenvolvimento rural, abordando as nuances da atuação desse ente político nas últimas décadas – ora mais intervencionista, ora mais influenciado por um ideal *laissez-faire*, ora simplesmente ausente por restrições em sua capacidade de atuação, como no caso das restrições fiscais.